

A REFORMA INADIÁVEL

Tanto o Executivo quanto o Legislativo precisam se convencer de que a reforma previdenciária pode enfrentar dificuldade de aprovação, mas é inadiável.

Em meio ao agravamento da crise econômica e diante de um número crescente de categorias de servidores federais já em greve ou com disposição de paralisar suas atividades, cresce a preocupação no setor público com o aumento acelerado do déficit da Previdência. A situação preocupa tanto no chamado Regime Próprio de Previdência do Servidor Público da União quanto no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). O aumento das dificuldades, exposto na proposta orçamentária, demonstra que

a defasagem entre contribuições e desembolsos é maior a cada ano, reforçando a necessidade de ações imediatas.

Apesar das dificuldades, os primeiros sinais de mudança manifestados pelo Planalto esbarraram em restrições no âmbito do fórum do trabalho e da previdência, com a ameaça de centrais sindicais de abandonarem o debate. Na situação atual, de uma combinação de crise econômica e política, dificilmente haveria facilidades para a aprovação de alterações no âmbito do Congresso. Ainda assim, tanto o Executivo quanto o Legislativo precisam se convencer de

que a reforma previdenciária pode enfrentar dificuldade de aprovação, mas é inadiável.

Só o déficit do regime de previdência do funcionalismo, que o governo não conseguiu reduzir com a criação do Fundo de Previdência do Servidor Público (Funpresp), é estimado em R\$ 69,97 bilhões para 2016. O do INSS deve alcançar R\$ 124,9 bilhões, com tendência a se acelerar se a crise persistir, reduzindo as receitas do sistema. O enfrentamento desse descompasso pode até ficar para depois, mas os brasileiros precisam ter consciência de que, mais adiante, a conta estará maior para todos.

EM RESUMO

Editorial alerta para os riscos do déficit no sistema previdenciário, evidenciados com o envio da proposta orçamentária ao Congresso.

